

A REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPESINA NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA (SE)

Adelli Carla Silva Nascimento¹
Celso Donizete Locatel²

Resumo

A reprodução social campesina tem sido cada vez mais dificultada pela falta de acesso a terra. Os detentores do capital expropriam os camponeses separando-os dos seus meios de produção e submetendo-os à exploração capitalista do trabalho. Dessa forma o camponês deixa de trabalhar para si, e trabalha para o capital, não vende mais sua produção e sim sua força de trabalho, fragilizando assim a reprodução do campesinato, levando em consideração que para reproduzir-se é fundamental o acesso a terra. Seja pela manutenção do latifúndio como reserva de valor, seja pela expansão das pastagens ou pela modernização no campo, a tendência é uma crescente expropriação seguida de exploração da força de trabalho camponesa. Sendo assim, nesse trabalho tem-se como objetivo compreender as estratégias utilizadas pelos camponeses para garantir a sua reprodução e de sua família no município de Itabaiana (SE). Em busca de um maior embasamento teórico fizemos um levantamento bibliográfico de autores tais como: Kautsky (1980), Shanin (1980), Santos (1978), Martins (1986, 1991), Oliveira (2004), dentre outros. Foram feitas entrevistas junto à comunidade camponesa do município, com o intuito de analisar as questões que se referem às estratégias de reprodução campesina.

Palavras-chaves: Acesso a terra, exploração, estratégias de reprodução.

¹ Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior, Mestranda em Geografia (NPGeo – UFS), estudante, Universidade Federal de Sergipe, Brasil. E-mail: adelli_csn@hotmail.com

² Doutor em Geografia, Professor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

Introdução

A falta de acesso a terra, dificulta, cada vez mais, no Brasil e no mundo, a reprodução social campesina no Brasil. Os detentores do capital expropriam os camponeses separando-os dos seus meios de produção e submetendo-os à exploração capitalista do trabalho. Dessa forma o camponês é “obrigado” a deixar de trabalhar para si, e trabalha para o capital, não vende mais sua produção e sim sua força de trabalho, fragilizando, desse modo, a reprodução do campesinato, levando em consideração que para reproduzir-se é fundamental o acesso a terra.

O Processo histórico ocorrido (e que ocorre) no Brasil, sempre fora tendencioso a priorizar pelos mais abastados, a exemplo a Lei de Terras de 1850 que inaugura um regime fundiário que modifica a forma de exploração das terras, pois esta passou a ter valor de troca e, inicia-se uma crescente concentração da propriedade privada da terra, possibilitando a sujeição da renda agrícola ao capital, além de causar uma intensa expulsão dos trabalhadores da terra. Desde esse período até os dias atuais, estas têm sido uma das maiores problemáticas no campo.

Seja pela manutenção do latifúndio, como reserva de valor, seja pela expansão das pastagens ou pela modernização no campo, a tendência é uma crescente expropriação seguida de exploração da força de trabalho camponesa. Nas áreas onde a modernização se intensificou houve redução da mão-de-obra empregada. A modernização do processo produtivo é poupadora de mão-de-obra, o que contribui para o aumento do número de camponeses sem trabalho, fazendo com que a força de trabalho deste passe a ser utilizada sazonalmente em período de safra agrícola. Assim, “ao mesmo tempo que o capital cresce, acumula contradições inerentes ao seu próprio crescimento: ele não pode crescer sem o trabalho e, ao mesmo tempo, cada vez mais dispensa trabalho devido à modernização técnica” (MARTINS, 1991, p.52).

O município de Itabaiana (SE) tem destaque na vasta produção agrícola que abastece boa parte do mercado consumidor, em particular do litoral do estado. Todavia, mesmo apresentando um caráter agrícola expressivo, este não é suficiente para suprir as necessidades da população que aí reside, fazendo com que o camponês busque outros meios de manter-se no campo.

Tendo em vista que a população residente no município em questão é composta por população rural expressiva e que esta se encontra em um elevado nível de pobreza, é de

suma importância entender quais são as estratégias que são utilizadas pelos camponeses do município. Estes meios variam, principalmente, entre migrações temporárias e o trabalho não-agrícola, acarretando na exploração da mão-de-obra camponesa, que na maioria das vezes “abre mão” de exercer suas funções na própria terra, delegando essas ações à esposa e/ou filho, e trabalham nas fazendas dos mais abastados da região, ou na produção de castanha de caju, olarias, entre outros.

Sendo assim, nesse trabalho tem-se como objetivo compreender as estratégias utilizadas pelos camponeses no município de Itabaiana (SE), para garantir a sua reprodução e de sua família, bem como analisar a permanência campesina no meio rural diante do alto índice de indigência neste meio.

Para atingir tal objetivo, nos utilizamos de uma vasta produção bibliográfica, de autores que são referência na Geografia Agrária, tais como: Teodor Shanin (1980, 2008), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004), José de Sousa Martins (1986, 1991, 1993), José Vicente Tavares dos Santos (1978), Alberto Passos Guimarães (1982), Ricardo Antunes (1999), bem como utilizamos também do trabalho de campo, no qual pudemos observar o cotidiano do camponês e fizemos entrevistas com a população local a respeito do tema em questão.

O trabalho acessório como alternativa

Na tentativa de reduzir os impactos das relações desiguais entre o camponês e o capital, o trabalho acessório é uma das estratégias utilizadas pelo camponês, para conseguir resistir a diferentes pressões e agressões provenientes da territorialização do capital no campo. Essa estratégia pode representar a permanência na terra que se dá através da realização de trabalho agrícola e ou trabalho não-agrícola.

Santos (1978) afirma que a transformação do camponês em trabalhador assalariado, ainda que temporariamente, é uma fonte de renda monetária que suplementa o rendimento obtido com o trabalho agrícola, rendimento este que, frequentemente, é negativo e insuficiente. Assim sendo, precisam de recorrer ao trabalho acessório para compensar os rendimentos negativos, o que explica a constância desse trabalho em suas biografias. Somente são limitados pelo ciclo de existência da família que em algumas épocas os libera e noutras os impede de desempenhar algum trabalho acessório.

Para o camponês é mais viável o trabalho acessório de diarista onde realizam tarefa por empreitada, em detrimento do trabalho permanente, pois neste tem obrigações e o distancia do que realmente gostam de fazer que é o trabalho com a família na sua terra. Por isso, não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário, mas admitem o trabalho acessório que não implica a perda de sua condição camponesa, também não lhes escapando que, além de suplementar monetariamente o rendimento insuficiente, a atividade acessória funciona como aprendizagem antecipada da condição de proletário, característica particularmente valiosa para os filhos que desde algum tempo migram para as cidades. O trabalho acessório, significa para o camponês uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria parcialmente ociosa se este não ocorresse (SANTOS, 1978, p.39).

Todavia, tal afirmação de Santos (1978), nos leva a acreditar num tempo ocioso por parte do camponês, que por consequência trabalha noutro setor, que não o agrícola, para “preencher o seu dia” ou como forma de “aprendizagem”, entretanto, a realidade presenciada no meio rural do Nordeste é outra. O aumento da pobreza e o crescente índice de indigência no campo, é que levam o camponês a buscar o trabalho acessório, submetendo-se a exploração da força de trabalho, e tornam-se subproletários sem direitos trabalhistas.

Martins (1991) destaca que os camponeses que não conseguem essa resistência, “cede” as pressões deixando de ser posseiros, colonos, parceiros, arrendatários, moradores ou proprietários de pouca terra e transformando-se em proletários, em trabalhadores à procura de trabalho, não só no campo, mas também na cidade. Os empregos encontrados por esses trabalhadores não são permanentes, além de ocorrer, em muitos casos, o deslocamento a grandes distâncias, sem qualquer direito trabalhista assegurado. Trabalhadores de Sergipe, Bahia, Pernambuco são encontrados com frequência trabalhando em canaviais e laranjais de São Paulo, nos cafezais de Minas Gerais etc.

Longe da família e próximo do “gato” (agenciador de trabalhadores), os peões

(camponeses) são vendidos como mercadoria, e sua venda é justificada pelas dívidas que o trabalhador é obrigado a contrair durante a viagem com alimentação e o próprio transporte. A dívida é transferida do agenciador ao capitalista (proprietário fundiário e empresário rural), que, em nome dela, “escraviza” o peão enquanto dele necessitar (MARTINS, 1991).

Tanto camponeses quanto proletários, posseiros, autônomos, vivem num incessante ir e vir, ser, não ser e vir a ser, numa busca interminável por melhores condições de vida ou simplesmente, sobrevivência. No campesinato, as principais alternativas encontradas como tentativa de fuga da crescente pobreza são as migrações (campo-cidade), as migrações temporárias e o assalariamento, seja como trabalhador agrícola ou não, ou até mesmo na junção das duas formas, o que aumenta a exploração do trabalhador.

Diante das péssimas condições de vida no campo com a territorialização do capital no mesmo, o camponês no município de Itabaiana busca estratégias de sobrevivência, como o trabalho acessório, e, deixam suas propriedades para trabalhar noutras propriedades, contudo, o tempo usado para o trabalho acessório não é o tempo ocioso, ou o tempo que sobra depois do trabalho em sua terra, e cada vez mais o trabalho acessório, seja este agrícola ou não-agrícola, tem sido uma constante na vida do camponês.

Levando em consideração, que entendemos o trabalho acessório como inerente ao camponês, na medida em que este não consegue reproduzir-se na própria terra, busca trabalho noutras propriedades, e, independente deste trabalho ser agrícola ou não-agrícola, o camponês está praticando o trabalho acessório. Diferente do trabalho não-agrícola que é realizado a partir das atividades econômicas que são consideradas típicas do meio urbano e apresentam-se cada vez mais crescente no meio rural.

Em entrevista, os camponeses nos afirmaram que é necessário buscar trabalho noutras propriedades que não a sua:

“O que eu gostaria mesmo era de trabalhar na minha terra, que eu podia trabalhar quando queria e até onde queria, sem ter patrão pra dizer o que tenho que fazer, o pior, minha filha, é não ter condição nem pra comer trabalhando pra mim mesmo, aí, como não tem jeito mesmo, tenho que trabalhar nas terras dos outros, pra vê se consigo um dinheirinho pra sustentar a família, na minha terra fica meus meninos mais novos trabalhando, plantam uma macaxeira, uma batata, e assim a gente leva a

vida, os mais velhos não moram mais aqui, é assim que a gente leva a vida” (camponês do povoado Rio das Pedras, Itabaiana – Sergipe).

Outro camponês nos mostra a realidade de trabalhar num trabalho acessório não-agrícola:

“Trabalho aqui na olaria porque não tem outro jeito mesmo, mas também trabalho na minha terra, sabe! O difícil mesmo é sobrar tempo, porque aqui na olaria eu recebo pelo que faço no dia, e não é muito, então tenho que trabalhar demais da conta, pra poder tirar um dinheiro que dê pra alguma coisa e no final de semana eu planto, colho, vou fazer alguma coisa na minha rocinha. Se fosse pra escolher, preferia ficar na minha roça, é claro” (camponês do Carrilho, Itabaiana – Sergipe).

Seja como moto-taxista, cabeleireiro, produtor de castanha, ceramista, garçom, vigilante, autônomo, manicure, ou como trabalhador da olaria, cada vez mais é crescente o número de camponês sem trabalho na terra, segundo muitos camponeses do município de Itabaiana “Isso é a perda da liberdade”, e, parafraseando Marx: “O reino da liberdade termina onde começa o reino da necessidade”.

Contudo, podemos inferir que a grande expansão capitalista no campo, a crescente importância fundiária, estimulou despejos, violências, crescimento das contradições de classes, a miséria, a cerca, a injustiça, a pobreza, a fome, o esvaziamento, ou seja, trouxe grandes impasses à vida no meio rural. Mas trouxe também novas atitudes para antigos significados, a resistência, a luta pelo direito de propriedade, e, a mesma foice que lhes trás sustento, que limpa a terra, corta as cercas postas e impostas por um grupo representado pela minoria de proprietários fundiários.

A perda da propriedade faz do camponês um migrante, um proletário, um trabalhador para o capital, mas nem sempre é preciso perder a terra para ocorrer tal façanha, mesmo com a terra, o camponês não consegue reproduzir-se socialmente, e, migra, trabalha para o capital, é proletarizado. Muitos migram para as cidades em busca de melhores condições de vida, embora muitas vezes não as encontrem, outros tentam lidar com as dificuldades e permanecem no campo, ou buscam nas migrações temporárias os meios necessários para sua sobrevivência.

O ir e vir incessante do camponês: migrações temporárias

Em muitos casos as migrações campo-cidade tem sido a “saída” encontrada por muitos camponeses cansados de lutar contra as privações, a miséria, a falta de terra e de perspectiva. Estes veem nas cidades a solução para os problemas que enfrentam diariamente, e seguem pela “estrada” rumo às periferias das grandes cidades, onde venderão sua força de trabalho e se tornam ainda mais “escravos” do capital. Em contrapartida, a mesma estrada, estrada do Estado, pública, trouxe para o campo o latifundiário, o empresário, o grileiro. E, a terra, tida como condição de vida para o camponês, passa a ser apenas mercadoria dos seus proprietários. Estes visam somente o lucro e a renda da terra.

Alguns permanecem no campo e buscam nas migrações temporárias estratégias de manter-se na terra e como tentativa de controlar a miserabilidade pela qual passa a família. Entretanto, para Martins (1986) esse tipo de migração desata os laços familiares e ata o desenvolvimento do capital à exploração mais intensiva da agricultura. Migram, para não aumentar a miséria em casa e deixam meninos e meninas com menos de 14 anos para trabalhar na roça em seu lugar.

O ir e vir incessante dos camponeses decorre principalmente da ausência de possibilidade de reproduzir-se socialmente, situação que é agravada pela falta de valorização e conseqüente queda dos preços dos produtos agrícolas. Desse modo, os camponeses vivem sempre no limite de sua sobrevivência; não conseguem garantir nem mesmo a reprodução social simples, através do trabalho na terra, nem conseguem grandes feitos com a venda de sua força de trabalho.

Nesse sentido, Martins (1986, p.45) ressalta que

mais do que ficar e partir, o migrante temporário vive em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante é viver tais contradições como duplicidade, é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É está em

dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.

As migrações podem ser cíclicas, ou seja, com tempo certo de saída e retorno, como é o caso dos camponeses que migram para as plantações de cana-de-açúcar, permanecendo fora de casa no período de colheita e depois retornam, configurando como migrações temporárias propriamente ditas, que são ritmadas de acordo com a safra e as estações do ano. Todavia, quando o camponês se emprega numa fábrica ou numa usina de cana, o seu “ritmo” ou “tempo” é o do capital, não importando se é dia ou noite, e em qual estação do ano estamos.

Em entrevista a um morador do meio rural do município de Itabaiana:

“Fui morar em São Paulo pra juntar um dinheiro e mandar pra mulher pra construir a casa, mas não gostei não, quis logo voltar, foi um ano muito ruim, o dinheiro quase não sobrava, tive que voltar com a casa ainda pela metade” (camponês do Rio das pedras, Itabaiana – Sergipe).

Percebemos em campo que as migrações são constantes, ora os camponeses migram no município mesmo (diariamente), ora migram nos tempos de safra e depois voltam, ou partem e nunca mais voltam. Essas são também estratégias de reprodução social do campesinato.

É notável que, o camponês, mesmo diante de profundos conflitos e grandes crises, se mantém como tal. Podemos observar que são homens e mulheres que buscaram/buscam forças para lutar contra a expropriação, fazendo do seu cotidiano uma verdadeira trincheira de sobrevivência.

Segundo Antunes (1999) os assalariados, subproletarizados, camponeses, posseiros, autônomos, refazem constante e intensamente o desenho societal da classe trabalhadora no campo, no Brasil, extrapolando os rígidos limites entre o que é ser num dia, numa safra, numa temporada, cortador de cana; colhedor de algodão; servente de pedreiro na construção civil; metalúrgico e em outros tempos, temporada, ser ocupante de terra, segurança, motorista, catador de papel e papelão, camelô etc.

O camponês resiste e se reproduz?

É a partir da fluidez do trabalhador, mais especificamente o trabalhador camponês que Shanin (1980) coloca que o campesinato deve ser entendido como processo, não

como realidade estática. Devemos evitar procurar na realidade um tipo (de camponês) definido pelo processo de abstração.

Shanin (2008) coloca ainda que no século XIX, houve um debate a respeito da definição do campesinato em decorrência das principais mudanças desencadeadas pelo desenvolvimento do capitalismo. Hoje, vemos que alguns elementos daquele debate foram antecipações do que realmente se realizou. Um exemplo foi a previsão de que a participação do percentual do campesinato no conjunto da população diminuiria, e também de que os camponeses precisariam realizar trabalhos alternativos. Isso pode acontecer devido a uma involução do rural, situação em que a pobreza não se resolve sozinha e é necessário sair do campo. Entretanto, outros processos estão acontecendo e um é de reprodução do campesinato, pessoas que não são camponesas recebem terras por meio de políticas públicas. De acordo com Shanin (2008), o retorno as vilas na Rússia pode ser outro exemplo, há um processo de restabelecimento do campesinato acontecendo com base em razões étnicas, ou por decisões governamentais como no Brasil.

O autor complementa que o camponês é uma classe social que se adapta a outros modos de vida, vivem do turismo, de novos métodos de produção, do trabalho camponês e não-camponês. Sua resposta a crise é complexa, e o camponês não espera que lhe tragam a solução, são resilientes e criativos, conseguem permanecer camponês e assegurar a sobrevivência familiar.

Desse modo, a figura do camponês é vista como uma multiplicidade de sujeitos em luta, e busca sua reprodução social não mais como proprietário da terra e detentor dos meios de produção, mas como trabalhador rural, assentado, ocupante, sem terra.

E perante o avassalador crescimento do capitalismo no campo e a conseqüente marginalização dos camponeses, a reforma agrária se coloca como questão fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira, do ponto de vista das grandes massas trabalhadoras do campo e da cidade.

Guimarães (1982, p.23) destaca que:

é necessário uma reforma agrária que destrua o sistema latifundiário, base territorial das relações econômicas e sociais atrasadas que bloqueiam o crescimento agrícola e a livre expansão do mercado interno. Somente uma reforma agrária dessa extensão e profundidade poderá inverter a correlação do

poder no campo, e substituir o arbítrio da minoria latifundiária pelo democratismo da maioria da população trabalhadora. Somente através da redistribuição da terra, dos demais meios de produção e da renda entre os trabalhadores do campo será possível extinguir a miséria rural, melhorar as condições de vida dos trabalhadores das cidades e estabelecer em nosso país os fundamentos de um regime democrático.

Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo, eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não tem pressa, nunca tiveram nada, portanto aprenderam que só a luta garantirá no futuro a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em busca por direitos. Tem a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado.

Oliveira (2004, p.63) complementa afirmando que

Enfim, a população rural sempre esteve ante as dificuldades de acesso à boa qualidade de vida, estando, freqüentemente, diante da falta de terras, ausência de direitos sociais, ausência de infraestrutura, dificuldades de acesso aos mercados e concorrência desigual. Essas condições são o resultado do predomínio dos interesses do latifúndio e das grandes empresas rurais na definição das políticas públicas. São condições que podem ser alteradas com a reforma agrária e políticas públicas que beneficiem os camponeses em lugar de marginalizá-los.

Considerações finais

É inegável o aumento da marginalização do trabalhador diante da territorialização do capital no campo, e para garantir sua reprodução social e da família, o camponês submete-se a exploração do trabalho, as migrações, sejam temporárias ou permanentes, ao trabalho acessório, enfim, submete-se a relações de trabalho cada vez mais precarizadas.

O campesinato é processo, portanto não deve ser entendido como realidade estática. O cerne de suas características determinantes está na natureza e dinâmica da unidade de produção familiar, e independente deste ser “obrigado” a exercer o trabalho acessório, em decorrência do alto índice de miserabilidade e indignidade que assola o meio rural, preservam sua cultura e suas principais características, não deixam de ser camponês.

E diante de uma crescente subordinação do trabalho ao capital, da crescente precarização das relações de trabalho, ainda assim, podemos notar que a luta de classes continua, principalmente, no tocante ao trabalhador rural. O camponês que luta, que reivindica, que busca por melhores condições de vida, tanto no campo quanto na cidade, nos mostra qual o verdadeiro sentido de lutar pela vida, pela sua condição de vida, a terra, e nos ensina com sua capacidade de buscar respostas em face aos desafios e crises econômicas.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** — ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise Agrária**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção o mundo, hoje; v.29).
- MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**, Editora Hucitec, São Paulo, 1993.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência a questão política no campo**, 3ª edição, São Paulo, 1991.
- MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**, Editora vozes, Rio de Janeiro, 1986.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso et al. (Org.). **O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta /Campinas: Cesit-Unicamp, 1994.
- OLIVEIRA, A. U. . **Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI**. In: Oliveira, A. U.; Marques, M.I.M. (Org.). **O Campo no Século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004, v. p. 29-70.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Ed. Hucitec. São Paulo, 1978.
- SHANIN, Teodor, **A definição do Camponês: conceituações e desconceituações, o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista**, in *Cadernos Cebrap*, São Paulo, 1980.
- SHANIN, Teodor. **Lições camponesas**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi FABRINI, João Edmilson; (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.